

Empresários apostam no 2º turno

Lideranças decidem apresentar 24 temas para emendas supressivas

São Paulo. — A unidade empresarial, um grupo de lideranças empresariais da indústria, comércio, agricultura, transportes e setor financeiro, definiu que deverá apresentar um total de 24 temas para emendas supressivas no segundo turno de votação da Constituinte e tentar evitar entre outras idéias, a aprovação do direito de greve ilimitado, o imposto sobre grandes fortunas, e o turno de seis horas ininterruptas.

A informação é do diretor financeiro da Federação das Indústrias de São Paulo, Ruy Altenfelder Silva, ao analisar os resultados de um debate promovido pela entidade sobre o projeto de Constituição que está sendo aprovado em Brasília. Segundo ele, as emendas foram decididas em conjunto nas reuniões promovidas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em Brasília e em seguidos encontros empresariais em São Paulo, principalmente na sede da Fiesp, que mais tem-se empenhado na questão.

A indústria paulista, de acordo com o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, também coordenador de comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte pelas entidades empresariais, definiu seus pontos prioritários para o segundo turno. São os seguintes, na escala, os temas prioritários: a aplicabilidade imediata de normas constitucionais; limitação em seis horas para o trabalho realizado em tur-

nos ininterruptos de revezamento; direito de greve; estatização definitiva das telecomunicações; competência comum da União, Estados, Distrito Federal e municípios para organização do abastecimento alimentar; concessão do serviço de distribuição de gás canalizado; impossibilidade de uniformização da jurisprudência trabalhista pelo TST; imposto sobre grandes fortunas; adicional do imposto de renda para os Estados e Distritos Federais; restrições às atividades de empresas brasileiras de capital estrangeiros; preferência nas aquisições de bens e serviços efetuados pelo poder público; nacionalização da exploração mineral; proibição de contratos de risco; limitação das taxas de juros.

A prioridade de temas, segundo Moreira Ferreira, se deve ao fato de que o cansaço dominante nos trabalhos da Constituinte, a permanência de acordos anteriormente firmados e a proximidade das eleições municipais a 15 de novembro deste ano, com cerca de 150 parlamentares candidatos, "levariam a um esvaziamento do plenário nesta próxima fase, que apresentaria quorum somente quando da votação de questões cuja necessidade de modificação tenha atingido grande índice de convencimento". Moreira admitiu que as posições do empresariado de pressionar a Constituinte podem ser tomadas como antipolares.

Juiz teme retrocesso na apuração de votos

Porto Alegre — Disposto a impedir a concretização do que chama de retrocesso na Justiça Eleitoral brasileira, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Marco Aurélio Oliveira, apelou hoje ao governador Pedro Simon para que gestione junto ao Congresso no sentido de impedir a sanção da medida que transformou as mesas receptoras em mesas apuradoras já nas próximas eleições. Conforme o magistrado, o sistema não garante a veracidade dos resultados e pode até comprometer o pleito.

Segundo ele, os mesários não estão preparados para o trabalho de escrutínio e os juizes eleitorais e os par-

tidos não teriam condições físicas de acompanhar o trabalho em milhares de seções espalhadas pelo Estado. Exemplificou que, em Porto Alegre, com duas mil seções, seriam necessários pelo menos 20 mil fiscais partidários.

— Não se pode transferir a pessoas que não tenham investidura judicial a responsabilidade de garantir a veracidade do resultado — advertiu.

Conforme o diretor-geral do Tribunal, Leonel Tozzi, o escrutínio dos votos na própria mesa receptora já foi tentado em três oportunidades no Estado, durante as eleições de 1968, 1975 e 1978.